



POLÍTICA EUROPEIA DE VIZINHANÇA

A Política Europeia de Vizinhança (PEV) abrange a Argélia, a Arménia, o Azerbaijão, a Bielorrússia, o Egito, a Geórgia, Israel, a Jordânia, o Líbano, a Líbia, a Moldávia, Marrocos, a Palestina, a Síria, a Tunísia e a Ucrânia. Tem por objetivo reforçar a prosperidade, a estabilidade e a segurança de todos. A PEV baseia-se na democracia, no primado do direito e no respeito pelos direitos humanos e é uma política bilateral entre a UE e cada país parceiro, dotada de iniciativas de cooperação regional: a Parceria Oriental e a União para o Mediterrâneo^[1].

BASE JURÍDICA

- Artigo 8.º do Tratado da União Europeia;
- Título V do Tratado da União Europeia (ação externa);
- Artigos 206.º e 207.º (comércio) e artigos 216.º a 219.º (acordos internacionais) do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE).

OBJETIVOS GERAIS

Graças à Política Europeia de Vizinhança (PEV), a UE oferece aos seus vizinhos uma relação privilegiada, baseada num compromisso mútuo relativamente a valores comuns (democracia e direitos humanos, primado do direito, boa governação, princípios de economia de mercado e desenvolvimento sustentável). A PEV inclui a coordenação política, uma integração económica mais aprofundada, uma mobilidade acrescida e os contactos entre os povos. O grau de ambição da relação depende do grau de partilha destes valores. A PEV continua a ser distinta do processo de alargamento, apesar de este facto não determinar de antemão a forma como as relações entre os países vizinhos e a UE podem evoluir no futuro. Em 2011, a UE procedeu a uma revisão da PEV e, como resposta à evolução da situação nos países árabes, centrou-se mais na promoção de uma democracia sólida e sustentável e de um desenvolvimento económico inclusivo. Uma democracia sólida e sustentável inclui, nomeadamente, eleições livres e justas, esforços para combater a corrupção, independência judicial, controlo democrático sobre as forças armadas e liberdade de expressão, de reunião e de associação. A UE destacou igualmente o papel que a sociedade civil desempenha no processo e apresentou o seu princípio de «mais por mais», segundo o qual a União desenvolve parcerias mais fortes com os vizinhos que

[1] Para obter mais informações sobre as relações bilaterais entre a UE e os parceiros no âmbito da Parceria Oriental e da União para o Mediterrâneo, consultar as fichas técnicas sobre esta temática (ver fichas [5.5.5.](#), [5.5.6.](#) e [5.5.7.](#)).



conseguem realizar mais progressos em prol de uma reforma democrática. Em março de 2015, a Comissão e o Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) lançaram um processo de consulta para uma nova revisão da PEV. Um dos principais objetivos consistiu em adaptar os instrumentos da política para ter mais em conta as aspirações dos países parceiros. Neste contexto, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução, em 9 de julho de 2015, salientando a necessidade de uma PEV mais estratégica, orientada, flexível e coerente. Em 11 de novembro de 2015, foi apresentada pelo SEAE e pela Comissão uma comunicação nesse sentido com base nos resultados da consulta.

Em 18 de maio de 2017, o SEAE e a Comissão publicaram um [relatório sobre a execução da revisão da PEV](#). O relatório destacou a abordagem mais flexível e sensível demonstrada pela UE na sua cooperação com os parceiros da PEV e a utilização mais eficiente dos recursos. Em 27 de março de 2019, o Parlamento aprovou uma [resolução sobre o período pós-Primavera Árabe e o rumo a seguir na região do Médio Oriente e do Norte de África](#), que reconheceu algumas conquistas democráticas na região, mas também apelou a novas reformas económicas, democráticas e sociais.

INSTRUMENTOS

A PEV baseia-se nos acordos jurídicos em vigor entre a UE e os seus parceiros: os Acordos de Parceria e Cooperação (APC) e, mais recentemente, os Acordos de Associação (AA).

Um elemento essencial da PEV são os planos de ação bilaterais e as prioridades da parceria que foram elaborados pela UE e pela maioria dos países parceiros. Estes planos de ação estabelecem programas de reformas políticas e económicas com prioridades a curto e a médio prazo (de três a cinco anos). Os planos de ação da PEV e as prioridades da parceria refletem as necessidades, os interesses e as capacidades da UE e de cada parceiro. Procuram desenvolver sociedades democráticas, socialmente equitativas e inclusivas, a fim de promover a integração económica e de melhorar a circulação de pessoas através das fronteiras.

A UE apoia o cumprimento dos objetivos da PEV através do apoio financeiro e da cooperação política e técnica. Os fundos são, na sua maioria, entregues através do Instrumento Europeu de Vizinhança (IEV), com uma dotação de 15,4 mil milhões de euros para o período de 2014-2020. São utilizados outros instrumentos e programas, como o Fundo de Apoio à Sociedade Civil, para financiar a PEV. A Comissão também disponibiliza apoio financeiro sob a forma de subvenções aos parceiros, que é complementado através de empréstimos concedidos pelo Banco Europeu de Investimento e pelo Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento.

Além disso, foram desenvolvidos novos instrumentos no âmbito da PEV para promover o acesso ao mercado, em especial através da negociação de Acordos de Comércio Livre Abrangente e Aprofundado (ACLAA), e para reforçar a mobilidade e a gestão da migração. Para o efeito, foram propostas e celebradas parcerias para a mobilidade e a facilitação/liberalização da emissão de vistos com alguns parceiros, tendo sido lançado, em 2016, um instrumento financeiro específico, o [Mecanismo de Parceria para a Mobilidade](#). Na região meridional, estão a ser financiadas várias iniciativas



regionais e bilaterais sobre migração e mobilidade no âmbito do Fundo [Fiduciário de Emergência da UE para África](#), na sua vertente Norte de África.

Embora a PEV seja concebida como um conjunto de instrumentos da política comum, também permite que a UE adapte e «diferencie» a sua política de acordo com as especificidades de cada parceiro.

No âmbito dos debates sobre o futuro quadro financeiro plurianual (QFP) para o período de 2020-2027, estão a ser reexaminados a arquitetura e o funcionamento dos instrumentos de financiamento externo da UE, nomeadamente o IEV. Neste contexto, em 18 de abril de 2018, o Parlamento aprovou um [relatório sobre a aplicação dos instrumentos de financiamento externo da UE](#), incluindo a revisão intercalar de 2017 e a futura arquitetura pós-2020. No que diz respeito ao IEV, o relatório apelou a uma maior flexibilidade, a uma melhor utilização da abordagem «mais por mais» e da abordagem baseada em incentivos, bem como a uma maior coordenação entre os programas regionais e bilaterais.

Em 14 de junho de 2018, a Comissão publicou uma [proposta de regulamento](#) do Parlamento Europeu e do Conselho que cria o Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional (NDICI). A proposta visa simplificar a atual arquitetura de financiamento da ação externa da UE para o próximo período do QFP e integra vários instrumentos financeiros no novo NDICI, nomeadamente o IEV. Em 27 de março de 2019, o Parlamento adotou a sua posição em [primeira leitura](#) sobre esta proposta, apelando ao aumento do financiamento, ao reforço do seu papel na tomada de decisão sobre as opções políticas secundárias e à suspensão da assistência em casos de violação dos direitos humanos.

DIMENSÕES REGIONAIS

A. Parceria Oriental (PO)

A Parceria Oriental (PO) foi estabelecida com o intuito de reforçar as relações da UE com a maioria dos países vizinhos a oriente: Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, Moldávia e Ucrânia. A PO, que se baseia na PEV, foi acordada em 2008 e inaugurada em 2009.

1. Objetivos

O principal objetivo desta parceria passa por «acelerar a associação política e aprofundar a integração económica» entre a UE e os seus vizinhos a oriente. O nível de integração e de cooperação espelha o compromisso de cada país parceiro relativamente aos valores, às normas e às estruturas europeus, assim como aos progressos que realizam. A parceria visa promover a democracia e a boa governação, reforçar a segurança energética, incentivar as reformas setoriais (nomeadamente no âmbito da proteção ambiental), fomentar os contactos entre os povos, apoiar o desenvolvimento económico e social e conceder financiamento adicional a projetos destinados a reduzir os desequilíbrios socioeconómicos e a aumentar a estabilidade^[2].

[2]Para obter mais informações, consultar a secção do [sítio Web do SEAE](#) dedicado à PO.



2. Estruturas

As cimeiras da PO realizam-se de dois em dois anos, com a participação dos chefes de Estado ou de Governo dos Estados-Membros da UE e dos países parceiros, assim como de representantes do Parlamento Europeu, da Comissão Europeia e do SEAE.

Na quinta Cimeira da PO, realizada em Bruxelas em 24 de novembro de 2017, os seus participantes fizeram o balanço das realizações dos últimos dois anos e manifestaram a sua intenção de pôr em prática um documento de trabalho conjunto^[3], que propôs uma abordagem mais orientada para a obtenção de resultados em cada uma das quatro prioridades estabelecidas na Declaração Comum da Cimeira da PO realizada em Riga, em 22 de maio de 2015:

- Desenvolvimento económico e oportunidades de mercado;
- Reforço das instituições e boa governação;
- Conectividade, eficiência energética, ambiente e alterações climáticas;
- Mobilidade e contactos entre os povos.

Na perspetiva da cimeira, as recomendações do Parlamento sobre a Parceria Oriental, aprovadas em 15 de novembro de 2017, proporcionaram um contributo ambicioso e prospetivo.

A vertente multilateral da Parceria Oriental baseia-se em quatro plataformas temáticas: democracia, boa governação e estabilidade; integração económica e convergência com as políticas da UE; segurança energética; e contactos entre os povos. Os altos funcionários reúnem-se, pelo menos, duas vezes por ano e os ministros dos Negócios Estrangeiros, uma vez por ano. O trabalho das plataformas é alimentado, ocasionalmente, por reuniões ministeriais específicas por setor.

Foram igualmente lançadas iniciativas emblemáticas, nas quais se incluem: um programa de gestão integrada das fronteiras; um instrumento de apoio às PME; mercados regionais de eletricidade; e esforços para melhorar a eficiência energética, aumentar a utilização de fontes de energia renováveis, promover a boa governação ambiental e prevenir, preparar-se contra catástrofes naturais ou de origem humana e responder a tais catástrofes.

Criada em 2011, a Assembleia Parlamentar (AP) Euronest^[4] constitui a componente parlamentar da PO e é responsável pela consulta, pela supervisão e pelo acompanhamento da parceria. O seu principal objetivo consiste em reunir os parlamentos dos países da PO e o Parlamento Europeu e em reforçar os contactos entre os povos, promover a participação ativa da sociedade civil e fomentar uma participação mais ativa no diálogo cultural. A assembleia baseia-se em interesses e compromissos mútuos e nos princípios da diferenciação, da titularidade e da responsabilidade partilhadas. Uma das suas funções consiste em controlar o apoio prestado pela UE aos países da PO, podendo inclusivamente formular recomendações

[3]«Eastern Partnership — 20 Deliverables for 2020: Focusing on key priorities and tangible results» (Parceria Oriental — 20 Resultados para 2020: Enfoque nas principais prioridades e em resultados concretos).

[4]Para obter mais informações sobre a Assembleia Parlamentar Euronest e as suas atividades, consultar o respetivo [sítio Web](#).



dirigidas às estruturas intergovernamentais da PO, com vista a promover uma maior integração política e económica entre esses países e a UE.

A assembleia realizou, até à data, sete sessões ordinárias, a mais recente de 25 a 27 de junho de 2018, em Bruxelas. Esta Assembleia é composta por 60 deputados ao Parlamento Europeu e 10 deputados aos parlamentos de cada país parceiro. No entanto, visto que o Parlamento Europeu não reconhece a Assembleia Nacional da Bielorrússia enquanto instituição eleita democraticamente, atualmente nenhum «parlamentar» bielorrusso faz parte da Assembleia Parlamentar Euronest. A Assembleia Parlamentar Euronest conta com quatro comissões permanentes: a Comissão dos Assuntos Políticos, dos Direitos Humanos e da Democracia; a Comissão da Integração Económica, da Aproximação das Legislações e da Convergência com as Políticas da UE; a Comissão da Segurança Energética; e a Comissão dos Assuntos Sociais, do Emprego, da Educação, da Cultura e da Sociedade Civil.

Além disso, o Fórum da Sociedade Civil da PO^[5] emite recomendações a fim de «exercer influência sobre as instituições da UE e os governos nacionais dos países que fazem parte da parceria».

B. União para o Mediterrâneo (UM)

A União para o Mediterrâneo (UM) engloba os 28 Estados-Membros da União Europeia e 15 países mediterrânicos – Albânia, Argélia, Bósnia-Herzegovina, Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Mauritânia, Montenegro, Mónaco, Marrocos, Palestina, Síria (cuja participação está suspensa devido à guerra civil), Tunísia e Turquia. A Liga dos Estados Árabes participou em todas as reuniões desde 2008 e a Líbia tem estatuto de observador.

1. Objetivos

A UM constitui um enquadramento multilateral das relações políticas, económicas e sociais entre a União Europeia e os países do Mediterrâneo meridional e oriental. Criada em 2008, na [Cimeira de Paris](#) como a continuação da Parceria Euro-Mediterrânica (Euromed), também é conhecida por Processo de Barcelona. A UM foi inspirada nos objetivos definidos na Declaração de Barcelona (1995) para criar, nomeadamente, um espaço de paz, estabilidade, segurança e prosperidade económica partilhada, que respeite plenamente os princípios democráticos, os direitos humanos e as liberdades fundamentais, promovendo, ao mesmo tempo, o entendimento entre as culturas e as civilizações na região euro-mediterrânica.

2. Estruturas

A UM é liderada por uma copresidência que reforça a corresponsabilidade que caracteriza o grupo. Desde 2012, a União Europeia assume a copresidência do norte e a Jordânia, a copresidência do sul. O principal órgão executivo da UM é a reunião dos altos funcionários, que supervisiona e coordena o trabalho da UM. A reunião dos altos funcionários também aprova o orçamento e o programa de trabalho do Secretariado, prepara as reuniões dos ministros dos Negócios Estrangeiros e de outras configurações ao nível ministerial e nomeia o secretário-geral e os seis

[5]Para obter mais informações sobre o Fórum da Sociedade Civil, consultar o respetivo [sítio Web](#).



secretários-gerais adjuntos. A reunião debate igualmente as propostas de projetos apresentadas pelo Secretariado a fim de as aprovar e apoiar. O papel do Secretariado da UM consiste, acima de tudo, em definir, tratar, promover e coordenar os projetos técnicos em setores como os transportes, a energia, a água, a proteção ambiental, o ensino superior e a mobilidade, a investigação, os assuntos sociais, a autonomia das mulheres, o emprego e o desenvolvimento empresarial, setores que reforçam a cooperação e afetam diretamente os meios de subsistência dos cidadãos. A UE é quem mais contribui para o orçamento do Secretariado da UM.

A Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo baseia-se nos trabalhos da Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica e conta com 280 membros: 132 membros da UE (83 provenientes dos 28 parlamentos nacionais dos Estados-Membros da UE e 49 do Parlamento Europeu), oito membros dos países parceiros europeus mediterrânicos (Albânia, Bósnia-Herzegovina, Mónaco e Montenegro), 130 membros dos 10 países das margens sul e leste do Mediterrâneo (Argélia, Egito, Jordânia, Israel, Líbano, Marrocos, Palestina, Síria — cuja participação se encontra atualmente suspensa —, Tunísia e Turquia) e 10 membros da Mauritânia.

A Assembleia Parlamentar da UM realiza, pelo menos, uma sessão plenária por ano, a mais recente em Estrasburgo, em 13 e 14 de fevereiro de 2019. Esta Assembleia adota resoluções ou recomendações relativamente a todos os aspetos subjacentes à cooperação euro-mediterrânica que dizem respeito aos órgãos executivos da UM, ao Conselho da UE, à Comissão Europeia e aos governos nacionais dos países parceiros. O Parlamento Europeu exerceu a presidência rotativa da UM no período de 2018-2019, antes de a transmitir à Grande Assembleia Nacional da Turquia na última sessão plenária de Estrasburgo. A Assembleia está organizada em cinco comissões: Assuntos Políticos, Assuntos Económicos, Cultura, Mulheres e Energia.

María Álvarez López / Mario Damen
04/2019

